

A CIÊNCIA DA LINGUAGEM EM PORTUGAL*

(1991)

1. A ciência da linguagem

Designar o estudo da linguagem e das línguas como ciência é sem dúvida polémico. Como em todas as ciências habitualmente denominadas sociais ou humanas, pode afirmar-se que no âmbito da ciência da linguagem convivem diversas formas de conhecimento que vão das abordagens filosóficas e históricas às construções teóricas e formalizadas, passando pelas descrições pré-teoréticas e pelas aplicações em domínios de grande diversidade.

Tal multiplicidade de tratamentos decorre da própria natureza da linguagem verbal, forma preferencial de comunicação entre os homens. Essa linguagem é simultaneamente veículo de integração do homem na comunidade e factor constituinte da sua construção como indivíduo. A inter-relação da actividade linguística com os factos históricos e sociais, com o universo psicológico e com a criação artística, coloca o estudo da linguagem e das línguas no centro de uma constelação formada por múltiplas comunicações com outras formas de comportamento humano.

Mais: a especificidade do uso da linguagem verbal, de que decorre uma coincidência entre o objecto de análise e o meio com que se explicita e produz essa análise - é com palavras que se estudam as palavras -, permite, estimula e valoriza interpretações e análises subjectivas e acientíficas.

Por todas estas razões tem sido longo e árduo o caminho dos que acreditam que é possível tomar a linguagem e as línguas como objecto de análise científica. Construir um enquadramento teórico que permita formular hipóteses explicativas dos dados ocorrentes e representar formalmente as estruturas, as relações e as funções dos elementos constitutivos, procedendo à verificação da validade das hipóteses formuladas, é o objectivo que se propõem os que trabalham em linguística quando entendida como ciência da linguagem.

2. A tradição filológica e histórica

Neste contexto se enquadra a afirmação geralmente aceite de que a linguística surgiu na primeira década do séc. XIX, com o estudo comparado das

línguas indo-europeias e com a tentativa de, através desse estudo, solucionar os problemas levantados pela análise das línguas. A descoberta da relação entre o sânscrito, o latim, o grego e as línguas germânicas foi seguida por trabalhos fundamentais de descrição das línguas, na procura de comprovação da existência de raízes comuns.

O objectivo de estabelecer o parentesco entre as línguas pela demonstração das semelhanças morfológicas e fonéticas convive com a perspectiva dominante na época em diversas áreas das ciências naturais (biologia, anatomia, paleontologia), e decorre naturalmente das preocupações taxonómicas e classificatórias evidenciadas no séc. XVIII. O estudo da língua, interpretada como organismo vivo, assimila os princípios metodológicos próprios das áreas científicas mais avançadas.

Foi já próximo da segunda metade do séc. XIX que as análises linguísticas desenvolveram um enfoque histórico. No entanto não foi esta perspectiva, mas sim a descrição sistemática dos sistemas linguísticos, sujeita a critérios rigorosos e objectivos, que nos permitiu fixar essa época como a do surgimento da linguística como ciência.

A referência a este momento alto do estudo das línguas é aqui justificada porque a investigação sobre a língua portuguesa começou a desenhar-se com alguma consistência a partir dos estudos de gramática histórica e comparativa das línguas românicas¹. Foi durante a primeira metade deste século, e ainda tendo como modelo as obras dos neogramáticos e a importância por eles atribuída às modificações fonéticas, que surgiram as *gramáticas históricas do português* de José Joaquim Nunes, de Williams e de Huber, e os trabalhos de filologia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de José Leite de Vasconcelos. No domínio da sintaxe histórica deve ainda referir-se o nome de Epifânio da Silva Dias.

A partir dos anos 50 distingue-se em Portugal Luís Lindley Cintra, cuja obra marcou brilhantemente diversos momentos da *filologia* e da *história da língua portuguesa*. A ele se deve a prova - construída através de uma análise filológica exaustiva da Crónica Geral de Espanha de 1344 - da existência da primeira obra da historiografia medieval portuguesa, hoje desaparecida. E a ele se deve ainda o estabelecimento da datação e do local de redacção de um dos mais antigos documentos escritos em língua portuguesa - a Notícia de Torto (entre 1214 e 1216).

A tradição filológica e histórica mantém em Portugal uma reconhecida vivacidade. No âmbito das Universidades de Lisboa, Coimbra e Minho têm-se realizado trabalhos de investigação sobre textos antigos (nomeadamente medievais) com o objectivo de iluminar o conhecimento dos sistemas e subsistemas das várias épocas do português e de fornecer instrumentos para uma melhor avaliação da génese e da evolução da língua.

Na sequência destes trabalhos, que se devem principalmente a Ivo de Castro, Ana Maria Martins, Clarinda Maia e José de Azevedo Ferreira, desenvolveu-se em Lisboa, sob a orientação do mesmo Ivo de Castro, uma escola de *crítica textual* que se tem aplicado sobre obras literárias e não literárias, antigas e contemporâneas. Utilizando os mais modernos métodos de análise de documentos e de estabelecimento da génese dos manuscritos, a crítica textual disponibiliza instrumentos que quebram os circuitos fechados das interpretações aleatórias; e permitem reinterpretar a utilização criativa da palavra.

3. O percurso dialectológico

Uma tradição igualmente viva no estudo da língua portuguesa é a descrição de dialectos e variedades do português. Recordo, como é devido, o trabalho pioneiro de José Leite de Vasconcelos (*Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, 1901), e a imensa recolha de falares portugueses dinamizada e orientada por Manuel de Paiva Boléo. Na segunda metade deste século, Luis Cintra oferece à nossa curiosidade um panorama global das grandes áreas dialectais galego-portuguesas (1971) e uma colecção de estudos parcelares de dialectologia (1983).

Distinguindo-se das incursões individuais neste domínio, um grupo de investigadores (Gabriela Vitorino, Manuela Barros, João Saramago, Luisa Segura e Ana Maria Martins) leva hoje a efeito, no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, o levantamento minucioso das peculiaridades dialectais do português europeu em estreita ligação com aspectos da sociologia e da etnologia locais.

Os estudos em curso integram-se no Atlas Linguístico de Portugal e da Galiza (ALPG), no grande Atlas da Europa (*Atlas Linguarum Europae*, ALE) e no Atlas Linguístico Românico. A colaboração do grupo português tem-se distinguido pela riqueza do material disponibilizado e pela sólida qualidade das análises efectuadas.

O objectivo da descrição das variedades da língua ultrapassa frequentemente o conhecimento organizado de um marco temporal, passando a constituir um instrumento de análise da evolução linguística. Estudos realizados na Universidade de Coimbra, nomeadamente por Maria José Moura Santos, Clarinda Maia e Evelina Verdelho, situam-se nesta perspectiva.

4. Análises estruturais e transformacionais

O aprofundamento da investigação feita a partir da descrição da língua, a criação de *corpora* analisáveis e a necessidade de estabelecer sistemas e subsistemas descritivos levaram ao desenvolvimento dos métodos e técnicas de análise que caracterizam a *linguística estrutural*. Os níveis morfológico, fonológico e fonético da língua foram os primeiros a ser estudados, tal como havia sucedido com os objectos de estudo das gramáticas históricas.

E assim surgiu, no final do séc. XIX, o trabalho de Gonçalves Viana (1883) sobre a fonética e a fonologia do português, a que se seguiu, muitos anos passados, o *estudo fonológico do português europeu* de Morais Barbosa (1965), integrado no estruturalismo funcional europeu. Pelo meio ficaram algumas descrições do português mais ou menos tradicionais que não tiveram grande repercussão sobre o estudo da língua.

Uma vasta recolha do *português oral*, orientada de início pelo modelo dos "Vocabulários Fundamentais", permitiu criar no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, um riquíssimo arquivo sonoro do português falado em Portugal. O grupo de investigadores que desde há vinte anos trabalha na sua constituição e exploração - de que destaque Fernanda Bacelar e Luisa Segura - tem dado a conhecer os materiais recolhidos, salientando-se o Vocabulário Fundamental do Português (1981) organizado a partir da análise estatística de ocorrências das palavras no *corpus*, a publicação de métodos e documentos (1987) e de trabalhos parcelares sobre o português oral.

A descrição e organização dos dados tem de entender-se como uma via aberta para uma qualquer interpretação explicativa, sem o que o trabalho do linguista se deve considerar incompleto. No limiar dos anos 50 já tinham sido elaboradas, na Europa e nos Estados Unidos, algumas propostas no campo da sintaxe, com o objectivo de criar mecanismos de formalização dos dados e de regulação das suas inter-relações.

Essas análises - que usavam critérios distribucionais para estabelecer esquemas de construção frásica e operações de transformação que os relacionavam entre si - vieram a dar origem a estudos sobre a *sintaxe do português*, com destaque para os de Malaca Casteleiro, de Elisabeth Ranchodd e de Elisa Macedo (Universidade de Lisboa).

Mas a descrição de uma língua não se esgota nos limites da sintaxe. O interesse pela *interacção comunicativa* e pelas *estruturas textuais* tem sido objecto de investigação na Universidade do Porto (Joaquim e Irene Fonseca), na Universidade de Lisboa (José Pinto de Lima) e na Universidade Nova de Lisboa, em que a análise do discurso, tributária do modelo da linguística francesa, está presente nos trabalhos de Luisa Opitz.

A influência dos *factores sociais* no uso da língua e do contexto sócio-cultural da sua utilização é abordada nos trabalhos de Isabel Faria e de Emília Pedro, da Universidade de Lisboa.

Finalmente, o interesse pela organização interna do *léxico* e pelas inter-relações entre os conceitos lexicais é campo cuja importância tem sido ressaltada pelos trabalhos de dicionarística de Mário Vilela (Universidade do Porto), com especificação sintáctica dos vocábulos integrada na teoria das valências. Ainda no âmbito da lexicologia trabalha Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro.

5. Linguística e ensino da língua

A preocupação pedagógica de transmitir o “bom” uso de uma língua, oral e escrito, seguindo normas consideradas socialmente preferíveis, faz parte da tradição greco-latina que constituiu o modelo das gramáticas estudadas nas escolas portuguesas (e europeias em geral) até às primeiras décadas do séc. XX. Nesta perspectiva, as gramáticas reflectiam a análise das línguas segundo categorias e regras que haviam sido estabelecidas para as línguas clássicas, e tinham o objectivo normativo de ensinar a falar e escrever “bem” uma língua.

O conhecimento que foi sendo adquirido com a descrição do nível oral das línguas e com a investigação das estruturas linguísticas e do funcionamento da linguagem modificou os conceitos tradicionais de ensino das línguas materna e estrangeira. No entanto, pode afirmar-se que a transformação operada não acompanhou o progresso da investigação: o ensino da língua oscila ainda hoje,

frequentemente, entre uma imposição de conceitos tradicionais e uma transmissão acrítica dos últimos resultados da investigação linguística.

A relação entre *linguística e didáctica da língua* é um campo de extrema actualidade e de enorme importância. A criação de cursos profissionalizantes de professores de áreas linguísticas nas Universidades portuguesas de Évora, Aveiro e Minho, e mais recentemente, nas de Lisboa, Porto e Coimbra veio impulsionar o trabalho neste domínio e dar consistência a experiências isoladas que têm sido levadas a efeito por pedagogos e linguistas.

No que respeita ao ensino da língua materna, destacam-se investigações sobre a aprendizagem da leitura e da escrita (Raquel Delgado Martins, Universidade de Lisboa) e sobre a aplicação das novas perspectivas da investigação linguística à didáctica do português (Inês Duarte e Maria Helena Mateus, Universidade de Lisboa, Fátima Sequeira, Universidade do Minho).

O ensino das línguas estrangeiras tem beneficiado da investigação feita no âmbito dos estudos contrastivos, ainda que tributários de modelos diferenciados. Devem mencionar-se com especial relevo nesse campo os trabalhos de Maria Antónia Mota e Isabel Casanova (Universidade de Lisboa), com incidência respectivamente sobre o francês e o inglês, e os de António Franco (Universidade do Porto), com incidência sobre o alemão.

6. Estudos experimentais

É sobretudo na área da fonética que se têm efectuado estudos experimentais sobre a língua portuguesa. Desde os anos 40 que Armando de Lacerda criou e desenvolveu, na Universidade de Coimbra, um modelo de análise acústica da língua portuguesa que, dadas certas circunstâncias de isolamento pessoal e de difíceis condições de trabalho, não teve a sequência que lhe seria devida. No último trabalho publicado, que incidiu sobre a entoação, encontram-se descritas as investigações levadas a efeito de 1966 a 69².

Ao referir o isolamento que marcou a investigação de Armando de Lacerda, estou a mencionar um dos factores que travaram o desenvolvimento da ciência em Portugal durante a primeira metade do séc. XX (digamos, até final dos anos 60) e dificultaram a inserção dos investigadores em novos paradigmas.

No campo das ciências humanas e sociais, esse isolamento favoreceu a separação entre estas ciências e as exactas e naturais, separação que está na raiz da

criação da Universidade portuguesa, e que na Europa encontrou um modelo prestigiado na tradição francesa.

Esta separação, que em Portugal se prolongou até há pouco tempo, tem criado obstáculos à expansão do trabalho experimental nas ciências do homem e, conseqüentemente, na ciência da linguagem. O desconhecimento de uma metodologia adequada à análise laboratorial e a reacção contra a utilização de técnicas baseadas em modelos estatísticos ou computacionais, a dificuldade de manejo de um equipamento sofisticado são conseqüências de um desenvolvimento dos saberes em áreas discretas, monopolizadas por investigadores que, nas últimas décadas, rivalizavam no mútuo desconhecimento das respectivas especializações. Tal panorama de resto é comum a muitos países europeus, nomeadamente aqueles onde não prevalece o modelo universitário anglo-saxónico.

É assim reduzido o número de linguistas portugueses que possuem a preparação necessária para se entregarem a trabalho de laboratório com utilização da tecnologia adequada. Pode dizer-se, no entanto, que este tipo de investigação está em claro progresso e é sensível o interesse que desperta entre os jovens investigadores.

No domínio da *fonética* destacam-se os trabalhos de Raquel Delgado Martins, da Universidade de Lisboa, que se situam sobretudo na área da fonética acústica, com especial atenção aos subsistemas acentuais e entoacionais. No Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Maria do Céu Viana, Amália Andrade e Ernesto Andrade têm em curso pesquisas em fonética acústica e articulatória, com aplicação em síntese da fala. A relação de todos estes investigadores com centros europeus e americanos de pesquisa permitiu um considerável avanço da investigação neste domínio.

No campo da *psicolinguística* encontra-se emergente uma investigação experimental interdisciplinar conduzida por Isabel Faria, da Universidade de Lisboa, em conjunto com investigadores de psicologia cognitiva e patologia da linguagem. Outros investigadores em psicolinguística trabalham na Universidade do Porto (Graça Pinto), na Universidade do Minho (Fátima Sequeira) e no Instituto Politécnico de Lisboa (Inês Sim Sim).

7. Aplicações computacionais

A possibilidade de tratamento automático das línguas naturais foi utilizada pelos linguistas portugueses, durante a última década, predominantemente no tratamento do texto e na construção de bases de dados textuais e lexicais. Neste campo destacam-se os trabalhos de Aires do Nascimento (Universidade de Lisboa), de Azevedo Ferreira (Universidade do Minho) e de Fernanda Bacelar (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa).

Foi somente em 1987 que em Portugal se iniciou a preparação das estruturas linguística do português para processamento informático, segundo as orientações gerais do projecto comunitário de tradução automática Eurotra. A preparação em linguística teórica e formal dos linguistas que integraram o projecto constituiu uma sólida base para a construção de *analísadores sintácticos do português* que permitem a análise e o reconhecimento automático da quase totalidade das estruturas gramaticais. Paralelamente, foram produzidos *dicionários electrónicos* e foi constituída uma *base de dados terminológicos*³.

Aproveitando a competência gerada pelo desenvolvimento do projecto Eurotra, foi criado em 1988 o Instituto de Linguística Teórica e Computacional que, embora ligado a várias Universidades do país, tem sido orientado sobretudo por linguistas da Universidade de Lisboa. No âmbito deste Instituto - que integra a base de dados terminológicos acima referida - estão a ser desenvolvidos dois projectos de tradução automática e um projecto de ensino/aprendizagem da sintaxe do português apoiado por computador. Com uma forte componente linguística nos trabalhos de investigação aplicada, a equipa interdisciplinar de linguistas e informáticos preocupa-se igualmente em criar instrumentos de auxílio à tradução assistida por computador.

Deve acrescentar-se que pela primeira vez em Portugal se encontra em preparação, na Universidade de Lisboa, um doutoramento em Linguística Computacional.

8. Perspectivas teóricas e formais

A conjugação entre a compartimentação dos saberes e o isolamento em que longamente permaneceu a comunidade científica portuguesa não pôs apenas obstáculo ao desenvolvimento dos estudos experimentais. Ela dificultou igualmente a abordagem filosófica da actividade linguística que desabrochou na Europa a partir da Gramática de Port Royal (1660). Essa incursão no saber

linguístico - a das gramáticas filosóficas - representou ao tempo uma procura da forma lógica de pensar através do estudo da estrutura da língua, uma explicitação dos “fundamentos da arte de falar”, das “razões do que é comum em todas as línguas e das principais diferenças que nelas se encontram”⁴.

A primeira *gramática filosófica do português*, de Jerónimo Soares Barbosa, só surgiu em 1822, ou seja, cento e cinquenta anos após a publicação da Gramática de Port Royal. Sendo embora uma análise da língua portuguesa que converge em muitos pontos com perspectivas actuais da investigação teórica, ela é no entanto uma obra isolada no panorama da investigação linguística sobre o português.

É no princípio do séc. XX que encontramos na linguística europeia a sequência do enfoque teórico sobre a linguagem que já fora tentativamente formulado nas gramáticas filosóficas. A teoria do signo desenvolvida por Saussure, e a consideração da língua como entidade abstracta, foram núcleos de constelações formadas por estudos da linguagem e das línguas que se reclamaram, por boas e más razões, da teoria saussureana.

Esta abordagem linguística - considerada por muitos como a ruptura epistemológica que deu nascimento à moderna ciência da linguagem - teve em Portugal fraca ressonância, e só a partir dos anos 50. A obra teórica de Herculano de Carvalho (Universidade de Coimbra) datada de 1967 está ainda hoje isolada no contexto da nossa investigação linguística.

Igualmente nos anos 60, os cursos de *linguística geral* ministrados pelo linguista brasileiro Mattoso Câmara, na Universidade de Lisboa, repercutiram sobre a formação da primeira geração de investigadores portugueses interessados por esse domínio. A obra de Câmara seguiu caminho diverso do da linguística europeia, por influência da escola de Sapir e da proximidade de línguas não indo-europeias que levantavam problemas de descrição e explicação.

Foi ainda por volta dos anos 50, e sobretudo com a teoria da gramática generativa, que o paradigma estruturalista começou a ser posto em causa. E se, por um lado, a sintaxe adquiriu importância fulcral no quadro teórico da gramática generativa, por outro a semântica construiu e desenvolveu utensílios formais para a explicitação do sentido.

A pesquisa no domínio da *semântica formal* não tem atraído a atenção de muitos investigadores em Portugal. Deve contudo referir-se a obra de Óscar Lopes

(Universidade do Porto) que desde os anos 70 propõe a utilização da lógica formal e da matemática na análise da língua. A preocupação de explicitar as relações entre estruturas linguísticas por meio de instrumentos formais adequados está presente nos inúmeros trabalhos que até hoje produziu.

Ainda na área da semântica formal, embora integrados em diferentes modelos, merecem relevo os trabalhos de Fátima Oliveira (Universidade do Porto) e de João Peres (Universidade de Lisboa). O estudo de subsistemas linguísticos em interacção com a actividade enunciativa é objecto da investigação de Henriqueta Costa Campos, da Universidade Nova de Lisboa.

Se nos fixarmos agora no quadro teórico da *gramática generativa*, e reportando-nos às obras surgidas antes de 60, devemos referir a preocupação da teoria com a procura da linguagem formal mais adequada à descrição das línguas naturais, abandonando para tal a análise descritiva e classificatória do *corpus* e acentuando a importância da “competência” do falante na produção e reconhecimento das frases gramaticais.

A partir de 65 a teoria da gramática generativa propõe a existência de um sistema de regras que atribuam uma descrição estrutural às frases de modo explícito e bem definido, propondo ainda que tal descrição estrutural seja interpretável pelas componentes fonológica e semântica da gramática. É também a partir dessa época, e com base nas hipóteses formuladas pela teoria, que se discute a relação entre os mecanismos formais da gramática e os processos cognitivos subjacentes à actividade linguística.

Situam-se neste enquadramento teórico alguns trabalhos sobre o português datados dos anos 70, nomeadamente no campo da *fonologia* e da *morfologia flexional* (Maria Helena Mateus e Ernesto d'Andrade, da Universidade de Lisboa), trabalhos que representaram uma ruptura com o tratamento tradicional destas áreas da língua.

No domínio da sintaxe os estudos iniciais em gramática generativa couberam a José António Meireles, Isabel Faria e Eduardo Paiva Raposo, da Universidade de Lisboa.

O conceito de gramática engloba, de aqui em diante, dois vectores complementares: uma descrição que o linguista faz do conhecimento que o falante tem da sua língua e uma proposta sobre a faculdade da linguagem. O percurso científico do estudo da linguagem orienta-se para o estabelecimento de princípios

e parâmetros universais através da análise comparada das línguas, integrando a investigação sobre a mudança histórica e a variação linguística. As hipóteses formuladas sobre os universais linguísticos (incluindo os processos cognitivos de aquisição da linguagem) criam o enquadramento exigido para a descrição das línguas particulares, e são elas próprias reorientadas por essa descrição numa constante procura das características definitórias da linguagem humana.

Neste quadro teórico se situa um grupo de investigadores portugueses cujas análises sobre a *sintaxe* do português têm constituído um significativo avanço no conhecimento da língua e têm contribuído para o desenvolvimento da teoria. De entre eles merecem especial relevo Inês Duarte, Manuela Âmbar e Eduardo Paiva Raposo (Universidade de Lisboa), Ana Brito (Universidade do Porto) e Francisca Xavier (Universidade Nova de Lisboa).

Em duas outras áreas estão actualmente a emergir estudos sobre o português: na morfologia derivacional com representação formal da composicionalidade da palavra, e na fonologia generativa pós-clássica.

A investigação sobre a linguagem e sobre a língua portuguesa em Portugal encontra-se hoje a par da pesquisa desenvolvida neste domínio pela comunidade científica internacional. Pode afirmar-se que, rompido um anterior isolamento, a presente geração de linguistas portugueses soube combinar uma tradição de rigor e de intuição linguística com as perspectivas abertas pelos paradigmas científicos que correspondem ao mais recente desenvolvimento da ciência da linguagem.

NOTAS

* Agradeço aos meus colegas Inês Duarte, Raquel Delgado Martins, Manuela Âmbar e André Eliseu as observações feitas à primeira versão deste artigo.

¹ Não pretendo com esta afirmação subestimar a importância e o valor, para o conhecimento da língua, das primeiras gramáticas portuguesas, nomeadamente a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Essas obras todavia, como muitas outras, não resultaram da aplicação de uma metodologia científica e devem ser consideradas como descrições empíricas da língua.

² Embora trabalhando isoladamente, Armando de Lacerda levou a efeito algumas investigações em conjunto com linguistas estrangeiros que, ao visitarem Portugal para aprofundarem o estudo do português, se deram conta do interesse do modelo desenvolvido pelo foneticista. A sua obra teve repercussão no Brasil, onde se criou nos anos 50, sob a sua orientação, um laboratório de fonética na Universidade de São Paulo.

³ Até ao presente foi dada a público uma terminologia multilingue de linguística, com pesquisa multidireccional, prevendo-se a conclusão de uma terminologia de informática com as mesmas características para o segundo semestre de 91.

⁴ *Grammaire Générale et Raisonnée*, da autoria de Arnauld et Lancelot. Paris, 1660,